

OZN Health SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1-3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da
OZN Health SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da OZN Health SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OZN Health SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Campinas, 10 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

OZN HEALTH S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.101	67.714	Fornecedores	9	4.996	5.458
Contas a receber	5	73.789	14.957	Fornecedores - Confirming	9	9.999	6.693
Impostos a recuperar	6	3.678	2.599	Empréstimos e financiamentos	12	55.544	56.946
Ativo financeiro	7	85.346	74.991	Pis e Cofins Diferidos	10	4.952	3.128
Outros ativos	-	315	523	Impostos e contribuições a recolher	10	2.376	4.549
Total do ativo circulante		182.229	160.784	Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	2.395	2.029
				Obrigações trabalhistas		2.439	1.958
				Outros passivos	14	98	9.275
				Total do passivo circulante		82.799	90.036
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber.	5	-	37.900	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	283	240
Outros ativos.	-	13	137	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	97.874	83.744
Aplicações financeiras.	4	9.611	8.225	Empréstimos e financiamentos.	12	127.303	140.875
Ativo financeiro.	7	361.326	321.687	Impostos e contribuições a recolher.	10	1.148	1.390
Intangível	8	152.608	167.406	Pis e Cofins Diferidos.	10	36.665	36.637
Total do ativo não circulante		523.558	535.355	Outros passivos.	14	-	2.926
				Total do passivo não circulante		263.273	265.812
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	235.908	235.908
				Reserva legal		18.628	13.703
				Reserva de lucros		105.179	90.680
				Total do patrimônio líquido		359.715	340.291
TOTAL DO ATIVO		705.787	696.139	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		705.787	696.139

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OZN HEALTH S.A.

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida dos serviços prestados	16	239.187	193.244
Custo de serviço prestado	17	<u>(56.257)</u>	<u>(43.874)</u>
LUCRO BRUTO		182.930	149.370
 DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	17	(40.118)	(33.814)
Outras despesas (receitas) operacionais	17	<u>2.763</u>	<u>(3.322)</u>
		(37.355)	(37.136)
 RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		145.575	112.234
 Receita financeira	18	6.728	4.326
Despesa financeira	18	<u>(22.141)</u>	<u>(18.089)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(15.413)	(13.763)
 RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		130.162	98.471
 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	19	(17.532)	(16.538)
Diferido	19	<u>(14.130)</u>	<u>(11.896)</u>
		(31.662)	(28.434)
 LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		98.500	70.037
 Resultado básico e diluído por ação	20	0,76	0,54

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OZN HEALTH S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	98.500	70.037
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>98.500</u></u>	<u><u>70.037</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OZN HEALTH SPE S.A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas		Lucros	Total patrimônio
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	acumulados	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		235.908	10.201	62.157	-	308.266
Lucro líquido do exercício		-	-	-	70.037	70.037
Distribuição de dividendos Intercalares	15	-	-	(8.820)	-	(8.820)
Distribuição de dividendos intermediários	15	-	-	(24.191)	-	(24.191)
Juros sobre capital próprio	15	-	-	(8.395)	-	(8.395)
Cancelamento de distribuição de dividendos	15	-	-	3.395	-	3.395
Constituição de reserva legal	15	-	3.502	-	(3.502)	-
Constituição de retenção de lucros	15	-	-	66.535	(66.535)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		235.908	13.703	90.680	-	340.291
Lucro líquido do exercício		-	-	-	98.500	98.500
Distribuição de dividendos Intercalares	15	-	-	(36.438)	-	(36.438)
Distribuição de dividendos intermediários	15	-	-	(29.199)	-	(29.199)
Juros sobre capital próprio	15	-	-	(13.439)	-	(13.439)
Constituição de reserva legal	15	-	4.925	-	(4.925)	-
Constituição de retenção de lucros	15	-	-	93.575	(93.575)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		235.908	18.628	105.179	-	359.715

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

OZN HEALTH SPE S.A

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		130.162	98.471
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Remuneração de ativo financeiro de concessão	7	(116.923)	(92.468)
Amortização de ativo intangível	8 e 17	14.798	14.798
Juros s/ empréstimos e financiamentos	12	20.976	16.873
Ajuste a valor presente	5	(2.763)	3.322
Provisão e reversão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	43	-
Bônus de adimplência	12	(1.530)	(1.717)
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		44.763	39.278
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		(18.665)	12.122
Impostos a recuperar		(1.079)	(488)
Partes relacionadas		-	(2.082)
Ativo financeiro	7	80.977	72.921
Outros ativos e passivos		(11.771)	(11.642)
Fornecedores e prestadores de serviços		(462)	2.295
PIS e COFINS diferidos		1.852	2.054
Imposto de renda e contribuição social diferido		(4.198)	199
Obrigações trabalhistas		481	1.004
Impostos a recolher		(2.415)	(1.422)
Caixa gerado aplicado nas operações		89.483	114.240
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	19	(12.968)	(13.096)
Pagamento de juros sobre financiamento	12	(21.394)	(17.158)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		55.121	83.986
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(14.048)	(11.318)
Aplicações financeiras		-	5.438
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(14.048)	(5.880)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Fornecedores e prestadores de serviços - "Confirming"		3.802	3.934
Dividendos pagos	15	(65.637)	(41.122)
Juros sobre capital próprio pagos	15	(13.439)	(8.395)
Amortização principal de empréstimos	12	(31.915)	(29.188)
Ingresso de empréstimos e financiamentos	12	18.889	29.399
Aplicação depósitos vinculados		(1.386)	7.640
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(89.686)	(37.732)
Aumento(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(48.613)	40.374
Caixa e equivalentes no início do exercício	3	67.714	27.340
Caixa e equivalentes no final do exercício	3	19.101	67.714
Variação do caixa e equivalentes		(48.613)	40.374

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A OZN Health SPE S.A. (“Companhia”) (Anteriormente Zona Norte Engenharia Manutenção e Gestão de Serviços S.A. SPE) é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede na Av. Torquato Tapajós, nº 1.950, Colônia Terra Nova, Manaus - AM. A Companhia foi constituída em 26 de março de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital OZN Health de Manaus, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Em 24 de março de 2020, através do Ofício nº 1350/2020-GSES-AM a Secretaria de Estado de Saúde estabeleceu por meio do plano de contingência Estadual para Infecção Humana pelo SARS-COV-2 (COVID-19), o Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz como hospital de referência para tratar os pacientes adulto e pediátrico infectados pelo COVID-19, ocasionando a alta procura para a realização de atendimentos para identificação e tratamento de infectados.

Em 4 de abril de 2020, através do Ofício nº 1550/2020-GSES-AM a Secretaria de Estado de Saúde, em face a efetividade ao Plano de Contingenciamento e as medidas de saúde em resposta à pandemia da Covid-19, autorizou esta Concessionária a ocupação da estrutura hospitalar do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz até o 6º andar. Assim houve um aumento em 130% no número de leitos de UTI em relação ao contrato original, sendo feitas readequações para atender ao novo perfil clínico e especializado de pacientes Covid-19 direcionados a esta unidade hospitalar, atendendo ao plano de emergência estadual solicitado pelo Poder Concedente (SES-AM). O Hospital tem em operação 352 leitos, atingindo 100% da capacidade instalada. Foram incorporados todos os procedimentos de combate a Covid-19 estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS, adequando assim as operações do Hospital as melhores práticas de mercado para combate a esta pandemia.

Em 29 de maio de 2020, após anuência do Banco do Brasil, anuência do Banco da Amazonia (BASA) e anuência da Secretaria de Estado de Saúde, e reformulação do mecanismo de garantia do Fundo de Parcerias Público-Privadas – FPPP/AM junto com Estado e Banco do Brasil, as negociações entre a OPY Health e as antigas controladoras da Companhia (Magi Clean e SH Engenharia), foram concluídas. O acordo de Compra e Venda da Sociedade conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi então assinado em 29 de maio de 2020, alterando informações societárias tais como: razão social, capital social, composições de ações e o cancelamento das 108 milhões de ações mantidas em tesouraria, ao valor de R\$ 50.000, adquiridas pela Companhia em 5 de dezembro de 2019 já mencionado anteriormente. A razão social da Companhia passou a ser OZN Health – SPE S.A. que assumiu a gestão dos serviços não assistenciais do Contrato PPP, a responsabilidade pela prestação dos serviços e as, obrigações contratuais já estabelecidas.

A Companhia não realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.4 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.4.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.4.2 Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 13.

2.4.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

2.4.4 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.5.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz.

2.5.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

2.5.4 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

2.5.5 Intangível

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível.

2.5.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.5.7 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação da Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras que destaca prazo de pagamento de 90 dias.

Confirming

Os fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "Fornecedores – confirming". Embora para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculados às faturas originalmente emitidas.

2.5.8 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.5.9 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.5.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes a impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.5.11 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

Receitas de remuneração do ativo financeiro

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

Receitas de construção

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada período.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de financiamentos e operações de Confirming da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.5.12 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

2.6 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou e ainda não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, porque entente que não haverá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01 de janeiro de 2023; e
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	360	18.629
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	18.741	49.085
	19.101	67.714

- (a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,99% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
BASA (i)	8.477	7.215
Santander (ii)	1.134	1.010
	9.611	8.225
Não circulante	9.611	8.225

- (i) Referem-se às contas reservas atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BASA, que conforme Cláusula 9°. Inciso V, I e II (BASA), exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida (o serviço da dívida é o total dos juros pagos e o principal de uma dívida) e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção (O&M).
- (ii) O valor atua como garantia (Cash Colateral) dada pela Companhia junto ao banco Santander, relativo à contratação de instrumento particular de constituição de garantia fiança nº 180118021 e 180117921, visando garantir os Contratos de financiamentos vigentes.

5 CONTAS A RECEBER

Refere-se às contas a receber junto a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestação pública	74.701	56.179
Receitas acessórias	143	-
Ajuste a valor presente	(1.055)	(3.322)
	73.789	52.857
Circulante	73.789	14.957
Não circulante	-	37.900

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo do contas a receber registrado no não circulante foi reclassificado para o circulante, esses valores foram acordados para estar no reequilíbrio econômico discutido entre as partes, esse processo engloba a regularização das pendências passadas junto ao poder concedente, bem como pagamento das notas fiscais em aberto. A última revisão foi entregue para o poder concedente no dia 07 de fevereiro de 2023 e Administração entende que esse saldo será recebido ainda no ano de 2023, o processo tem prazo de 6 meses para ser avaliado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui contas a receber dado como objeto de garantias de dívidas.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	16.807	14.957
Vencidos		
De 1 a 180 dias	16.815	-
De 181 a 360 dias	41.222	-
Acima de 360 dias	-	41.222
	74.844	56.179

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Fiança.

A Administração vem discutindo com a SES-AM através de notificações para que sejam regularizados os saldos em aberto em 2023.

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS	1.069	7
IR/CS (a)	1.684	1.765
Outros	925	827
	3.678	2.599

(a) Referem-se ao pagamento de IRPJ/CSLL por estimativa, IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

7 ATIVO FINANCEIRO

	31/12/2021
Saldo em 1 de janeiro de 2021	365.813
Recebimentos	(72.921)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	92.468
Adições	11.318
Saldo em 31 de dezembro de 2021	396.678
Curto prazo	74.991
Longo prazo	321.687
Saldo em 1 de janeiro de 2022	396.678
Recebimentos	(80.977)
Atualização monetária do ativo financeiro (*)	116.923
Adições	14.048
Saldo em 31 de dezembro de 2022	446.672
Curto prazo	85.346
Longo prazo	360.675

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R\$ 446.021 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 396.678 em 31 de dezembro de 2021) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneram a concessão. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 116.923 (R\$ 92.468 em 31 de dezembro de 2021), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurada por meio da metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

(*) O valor de atualização do ativo financeiro ocorrido em 2022 se deve ao aumento atípico dos índices que compõe a cesta de reajuste da contraprestação da concessionária, que se apresentou na totalidade de 12,30%, 3,81% maior, quando comparado ao reajuste de 2021, que foi de 8,49%.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de *impairment* no ativo financeiro.

8 INTANGÍVEL

Corresponde ao direito da Companhia de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, junto ao poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Direito de uso de concessão 2022

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2021	265.298
Adições	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	265.298

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97.892)
Amortização do período	(14.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(112.690)

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2021	167.406
Em 31 de dezembro de 2022	152.608

Direito de uso de concessão 2021

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2020	265.298
Adições	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	265.298

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(83.093)
Amortização do período	(14.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97.892)

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2020	182.205
Em 31 de dezembro de 2021	167.406

9 FORNECEDORES

A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores Confirming – Cessão de crédito (a)	10.495	6.693
Ajuste valor presente - Confirming	(496)	-
Fornecedores – terceiros	<u>4.996</u>	<u>5.458</u>
	<u>14.995</u>	<u>12.151</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 23.

- (a) Fornecedores “confirming”: A Companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “fornecedores confirming” até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,24% e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias.

Movimentação Fornecedores Confirming

	<u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores Confirming	6.693	29.065	(25.263)	10.495
Total	6.693	29.065	(25.263)	10.495

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores Confirming	2.759	20.947	(17.013)	6.693
Total	2.759	20.947	(17.013)	6.693

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pis a recolher (ii)	281	741
Cofins a recolher (ii)	1.296	3.112
Pis e COFINS a recolher (i)	1.353	1.596
Outros impostos	594	490
	2.803	5.939
 Circulante	 2.376	 4.549
Não circulante	1.148	1.390

- (i) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R\$ 13.745 milhões (incluindo multas e juros). Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de 80 parcelas, restando 65 parcelas a serem pagas mensalmente. (ii) Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais.
- (ii) Os valores de Pis e Cofins é referente provisão de serviços prestados, que é estornado no mês subsequente quando a nota fiscal é emitida junto com a medição.

Pis e Cofins diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins diferidos	41.617	39.765
	41.617	39.765
Circulante	4.952	3.128
Não circulante	36.665	36.637

A parcela de impostos recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a Recolher	1.659	1.376
CSLL a Recolher	736	653
	2.395	2.029

Conciliação do IRPJ e CSLL corrente:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2021	1.376	653	2.029
Provisão impostos	12.886	4.647	17.533
Compensação impostos	(4.251)	-	(4.251)
Juros e multa	29	23	52
Pagamento impostos	(8.381)	(4.587)	(12.968)
Saldo a pagar 31 de dezembro de 2022	1.659	736	2.395

A conciliação do IR e CSLL corrente e diferido está demonstrada na nota explicativa nº 19.

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é demonstrada a seguir. Todos os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 23, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Aditivo	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
							31/12/2022	31/12/2021
BASA	Financiamento com garantia (a)	15/12/2014		10/09/2028	7,6% e 8,24% a.a TJLP +5,20% a.a	150.308	95.740	112.378
BNDES	Financiamento com garantia (a)	15/07/2015		15/08/2027	CDI + 3,50% a.a	54.001	34.394	39.500
VOTORANTIM	Aval do acionista (b)	13/10/2020	13/01/2022	13/01/2025	CDI + 2,90% a.a	20.000	11.203	11.187
BOCOM	Aval do acionista (c)	04/11/2020	26/01/2022	04/01/2024	104 do CDI% a.a	6.000	4.867	5.553
BASA	Aval do acionista	18/03/2021		10/03/2025	160% do CDI a.a	1.399	868	1.276
BANCO DO BRASIL	Aval do acionista	28/06/2021		15/06/2024	104 do CDI% a.a	20.000	12.104	20.134
BASA	Aval do acionista	20/07/2021		15/06/2024	CDI + 3,50% a.a	8.000	4.672	7.793
VOTORANTIM	Aval do acionista	22/02/2022		24/02/2025	CDI + 2,90% a.a	13.889	13.942	-
BOCOM	Aval do acionista	03/03/2022		04/03/2024		5.000	5.057	-
						278.597	182.847	197.821
Circulante							55.544	56.946
Não Circulante							127.303	140.875

- a) As garantias concedidas são: (i) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia tanto das detidas pelos acionistas da Companhia quanto as mantidas em tesouraria; (ii) alienação fiduciária de ativos, e cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes decorrentes da concessão. Conforme mencionado na nota explicativa 4 a empresa possui reservas (e/ou cartas fiança) atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BNDES e ao BASA, que conforme Cláusula 6º, (inciso III, itens ii e iii para BNDES) e cláusula 9º (inciso V, I e II para BASA) exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção.
- b) Em 13 de Janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro aditamento referente a cédula de crédito bancário número 10233801 Junto ao banco Votorantim S.A com novos prazos de vencimentos que será quitado em 24 parcelas com carência de 12 meses e término previsto para o dia 13 de janeiro de 2025, as taxas de juros contratadas foram (Taxa DI), acrescido de 3,5000% a.a. base 360 dias.
- c) Em 26 de Janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro aditamento referente a cédula de crédito bancário número 602363 junto ao banco Bocom BBM S.A com novos prazos de vencimentos que será quitado em 36 parcelas com carência de 12 meses e término previsto para o dia 04 de janeiro de 2024, as taxas de juros contratadas foram (Taxa DI), acrescido de 2,9000% a.a. base 360 dias.

A movimentação dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

Instituição financeira	31/12/2021	Principal		Juros e encargos			31/12/2022
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BASA	112.378	-	(14.817)	8.140	(1.482)	(8.479)	95.740
BNDES	39.500	-	(4.904)	4.193	-	(4.395)	34.394
VOTORANTIM	11.187	-	-	1.696	-	(1.680)	11.203
BOCOM	5.553	-	(698)	729	-	(717)	4.867
BASA	1.276	-	(396)	119	-	(131)	868
BANCO DO BRASIL	20.134	-	(8.004)	2.962	-	(2.988)	12.104
BASA	7.793	-	(3.096)	652	(48)	(629)	4.672
VOTORANTIM	-	13.889	-	1.858	-	(1.805)	13.942
BOCOM	-	5.000	-	627	-	(570)	5.057
	197.821	18.889	(31.915)	20.976	(1.530)	(21.394)	182.847

Instituição financeira	31/12/2020	Principal		Juros e encargos			31/12/2021
		Adições	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BASA	129.026	-	(14.824)	9.464	(1.692)	(9.596)	112.378
BNDES	44.507	-	(4.587)	4.001	-	(4.421)	39.500
VOTORANTIM	20.054	-	(8.889)	1.330	-	(1.308)	11.187
BOCOM	6.025	-	(500)	482	-	(454)	5.553
BASA	-	1.399	(131)	62	(7)	(48)	1.275
Banco do Brasil	-	20.000	-	992	-	(858)	20.134
BASA	-	8.000	(258)	542	(17)	(473)	7.794
	199.612	29.399	(29.189)	16.873	(1.716)	(17.158)	197.821

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2024	38.849
2025	25.366
2026	24.399
2027	21.273
Acima de 2027	17.416
	127.303

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas financeiras que tem como período de apuração findo em 31 de dezembro de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração avaliou todas as cláusulas restritivas e concluiu que as mesmas estão sendo cumpridas pela Companhia.

13 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Trabalhistas

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos provisionados para eventuais perdas em processos trabalhistas perfazem o valor de R\$ 283 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das provisões para risco trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Provisão</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhista	240	73	(30)	283
Total	240	73	(30)	283

	<u>31/12/2020</u>	<u>Provisão</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	183	57	-	240
Total	183	57	-	240

14 OUTROS PASSIVOS

O saldo de outros passivos está abaixo demonstrado para os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Abengoa Construção (i)	-	11.696
Outras contas a pagar	98	505
	98	12.201
 Circulante	 98	 9.275
Não circulante	-	2.926

- i. Saldo remanescente de valores a pagar da Abengoa Construção que foram originários de Contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction) no período de construção do Hospital e Pronto Socorro Delphina Aziz. Em 10 de outubro de 2018 formalizaram o contrato de repactuação de dívida onde foi estabelecido os valores da dívida, perdão de dívida, e o cronograma com parcelamento e pagamentos dos valores repactuados (12 parcelas com pagamentos trimestrais no valor de R\$2.924 "Transferência Bancária", iniciando os pagamentos em 31 de março de 2020 com vencimento final de 20 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está liquidado em sua totalidade.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 28 de maio de 2020 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária-AGE, a SH Engenharia realizou capitalização com saldo de partes relacionadas no valor de R\$ 16.813. Em 29 de maio de 2020 a Opy Healthcare realizou aporte de capital no ato do fechamento da transação (concretização da compra da Companhia) o valor de R\$ 22.500, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), totalizando R\$ 39.313 em aportes até 31 de dezembro de 2020. O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 235.908, representado por 94.500.000 de ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2022			31/12/2021		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%
	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%

A Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., protocolou pedido de recuperação judicial em 9 de fevereiro de 2005, o qual foi deferido em 23 de fevereiro de 2016. Como resultado, foi determinado pela vara de comércio responsável pelo processo que até 8 de novembro de 2018 a acionista realizasse leilão judicial de sua participação acionária na concessionária Zona Norte. Em 5 de dezembro de 2019, os sócios minoritários Magi Clean e SH Engenharia celebraram o contrato de compra e venda das ações pertencentes a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., que foram adquiridas pela própria Companhia, para permanência em tesouraria, pelo preço de R\$ 50.000. Em 29 de maio de 2020, após a entrada da OPY Health, as ações detidas em tesouraria, no total de 108.000, foram canceladas.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovado em ato societário a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre os lucros acumulados de 31 de dezembro de 2021, no valor bruto de R\$ 4.546 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil reais), e distribuição e pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 4.530 (quatro milhões, quinhentos e trinta mil reais), nos termos do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os valores foram pagos em 14 de fevereiro de 2022.

Em 23 de junho de 2022 foi aprovado em ato societário a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio à acionista da Companhia, calculados com base nos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020, nos termos do §2º do artigo 24º do Estatuto Social da Companhia; distribuição de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021; e a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros acumulados de 31 de maio de 2022.

Em 12 de dezembro de 2022 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R\$ 15.000 (quinze milhões), nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da Companhia auferidos sobre o balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2022, os valores foram pagos em 14 de dezembro de 2022.

Conforme quadro demonstrado abaixo:

Ano Base	Juros Capital Próprio	Dividendos Intercalares	Dividendos Intermediários	Total
31/12/2019	-	6.910	-	6.910
31/12/2020	8.893	8.364	-	17.257
31/12/2021	4.546	21.164	-	25.710
31/05/2022	-	-	14.199	14.199
30/11/2022	-	-	15.000	15.000
	13.439	36.438	29.199	79.076

Dividendos mínimos obrigatórios

Resultado do exercício	98.500
(-) Constituição da reserva legal	4.925
(=) Base distribuível	93.575
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	23.394
(-) dividendos intermediários	(29.199)
(=) dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2022 (a)	-

- (a) Considerando que durante o exercício de 2022 foram pagos dividendos antecipados no montante de R\$ 29.199 e o necessário a ser provisionado pela lei das sociedades anônimas seria de no mínimo R\$ 23.394 (25% sobre o lucro líquido do exercício deduzido a apuração de reserva legal), a Companhia entende não ser necessário realizar provisão de dividendos mínimos obrigatórios a pagar.

A composição dos saldos a título de dividendos e juros sobre capital próprio que transitaram no patrimônio líquido próprio está demonstrada no quadro abaixo:

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

16 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação (ii)	126.510	114.783
Receita de remuneração do ativo de concessão (i)	116.923	92.468
Receita de construção (iv)	14.048	11.318
Outras Receitas (iii)	143	401
Total de receitas	257.624	218.970
Impostos sobre serviços (v)	(18.437)	(25.726)
	(18.437)	(25.726)
Total da Receita Líquida	239.187	193.244

- (i) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa nº 7 – Ativo financeiro.
- (ii) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondem ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. Receita de desenvolvimento da infraestrutura foi incorrida na fase de construção e apenas relacionada com a construção do hospital. Esta receita de desenvolvimento da infraestrutura foi reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra.
- (iii) Esta receita refere-se ao recebimento em 03 de março de 2021 do processo 222264-49.2019.4.019198 contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, o ganho que originou uma obrigação de IR, CSLL, PIS e COFINS.
- (iv) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.
- (v) Os impostos incidentes sobre as receitas operacionais conforme legislação tributária vigentes são: Imposto sobre Serviços – ISS 5%, Programa de Integração Social – PIS 1,65%, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS 7,6%. No dia 05 de maio de 2022 a Companhia entrou com um Mandado de Segurança Cível pleiteando a suspensão de exigibilidade do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços realizados dentro do limite geográfico da Zona Franca de Manaus. Foi proferida a sentença no dia 09 de junho de 2022 que reconheceu a não incidência do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes de serviços realizados na Zona Franca de Manaus. A Companhia ficou autorizada a não fazer o recolhimento destes tributos, com a liminar favorável, a Administração entende que os valores não são devidos e resolveu efetuar o estorno do PIS e Cofins.

17 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços de obra	(12.164)	(9.893)
Gasto com pessoal	(18.255)	(13.015)
Serviços de terceiros	(33.592)	(23.424)
Manutenção e Limpeza hospitalar	(10.021)	(8.975)
Depreciação e amortização	(14.798)	(14.798)
Consumíveis e outros	(7.362)	(4.403)
Ajuste a valor presente - (a)	2.763	(3.322)
Despesa Tributária	(183)	(3.180)
	(93.612)	(81.010)
Custo de serviço prestado	(56.257)	(43.874)
Despesas gerias e administrativas	(40.118)	(33.814)
Outras despesas (receitas) operacionais	2.763	(3.322)

(a) foi calculado e registrado ajustes a valor presente das operações de contas a receber a longo prazo e fornecedores confirming quando consideradas relevantes esse cálculo foi realizado com base em taxas que refletiam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos. Os juros foram sendo transferidos para o resultado, pelo regime de competência

18 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.181	2.608
Atualização monetária	3	8
Descontos obtidos	1.544	1.710
Total de receitas	6.728	4.326
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos.	(20.976)	(16.862)
Juros e multas	(34)	(158)
Outras despesas financeiras	(1.131)	(1.069)
Total das despesas	(22.141)	(18.089)
Resultado financeiro líquido	(15.413)	(13.763)

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos apresentados no balanço patrimonial

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento das despesas pré-operacionais (i)	-	659
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita	<u>97.874</u>	<u>84.403</u>
	97.874	83.744

(i) Estes impostos diferidos são calculados sobre as despesas ocorridas na fase pré-operacional do Hospital e Pronto Socorro.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	130.162	98.471
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(44.255)</u>	<u>(33.480)</u>
(Adições) exclusões permanentes:		
Tributação Concessão	12.415	5.466
Provisões diversas	-	453
Outros	<u>178</u>	<u>(873)</u>
	12.593	5.046
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	<u>(31.662)</u>	<u>(28.434)</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(17.532)	(16.538)
Diferido	<u>(14.130)</u>	<u>(11.896)</u>
	<u>(31.662)</u>	<u>(28.434)</u>
Alíquota Efetiva	24,33%	28,88%

20 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser assim demonstrados:

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Resultado líquido do período	98.500	70.037
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	129.403	129.403
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	0,76	0,54

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

Resultado

Custo dos serviços prestados

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	(5.916)	(4.876)
OPY Serviços Hospitalares S.A.	Parte relacionada	(1.162)	-
		(7.078)	(4.876)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora do grupo.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$ 2.407 e R\$ 1.826 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente, apresentados no grupo de despesas gerais e administrativas.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

31/12/2022				
Valor Contábil				Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	360	18.741	19.101	19.101
Aplicações financeiras	-	9.611	9.611	-
Contas a receber de clientes	-	73.789	73.789	-
Ativo financeiro	-	446.672	446.672	-
	360	548.813	549.173	19.101
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	182.847	182.847	-
Fornecedores, incluindo confirming	-	14.995	14.995	-
	-	197.842	197.842	-

	31/12/2021			
	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	18.629	49.085	67.714	18.629
Aplicações financeiras	-	8.225	8.225	-
Contas a receber de clientes	-	52.857	52.857	-
Ativo financeiro	-	396.678	396.678	-
	18.629	506.845	525.474	18.629
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	197.821	197.821	-
Fornecedores, incluindo confirming	-	12.151	12.151	-
	-	209.972	209.972	-

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(b) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7 letra (a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 12).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<u>Ativos</u>		
Ativo financeiro	446.021	396.678
<u>Passivos</u>		
Empréstimos e financiamentos	95.740	112.378
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	350.281	284.300
<u>Exposição às taxas de juros pós-fixadas</u>		
<u>Ativos</u>		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	18.741	49.085
Aplicações financeiras	9.611	8.225
<u>Passivos</u>		
Empréstimos e financiamentos	87.107	85.443
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	(58.755)	(28.133)
Exposição líquida total a taxas de juros	292.177	256.167

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2022;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 27 de janeiro de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	0,1365	0,1365	0,06825	0,1024	0,1706	0,2048
TJLP	Variação TJLP	0,0737	0,0737	0,03685	0,0553	0,0921	0,1106

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	18.741	18.741	17.462	16.822	21.939	22.578
		18.741	18.741	17.462	16.822	21.939	22.578
Efeito de ganho (perda)			-	1.279	1.919	(3.198)	(3.837)
Passivos financeiros		31/12/2022	Período até 31 de dezembro de 2023				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Financiamentos	Variação CDI	52.713	52.713	49.115	47.317	61.707	63.506
Financiamentos	Variação TJLP	34.394	34.394	33.127	32.493	37.563	38.196
		87.107	87.107	82.242	79.809	99.270	101.702
Efeito de ganho (perda)			-	4.865	7.298	(12.163)	(14.595)
Efeito de ganho (perda), líquido			-	6.144	9.216	(15.360)	(18.432)

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 12,30% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

24 SEGUROS (Não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quando abaixo:

31/12/2022				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Tokio Marine Seguradora	Risco Operacional	00000000000000000000000000002860	dez/2022 a dez/2023	591.103
Sompo Seguros	Resp. Civil	00000000000000000000000005100003263	Jun/2022 a Jun/2023	10.000
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	Seguro e Garantia	059912022005107750018212000000	mai/2022 a mai/2023	3.341
				604.444

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$ 3.341.

25 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENCIA DE CAIXA

A Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Reclassificação de IRPJ e CSLL diferidos entre ativo financeiro e tributos a recolher	980	660

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão do relatório, não houve nenhum evento subsequente significativo que possa gerar algum impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

27 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 10 de março de 2023.

DIRETOR PRESIDENTE

Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3